

REVISTA
PORTUGUESA
de HISTÓRIA

tomo XXXI

**Homenagem ao Doutor
Salvador Dias Arnaut
Volume I**



COIMBRA 1996
FACULDADE de LETRAS
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

SALAZARISMO, EUROPA E AMÉRICA*

Luís REIS TORRAL
(Universidade de Coimbra)

1. Um dos problemas que tem sido discutido, por vezes de uma forma demasiado teórica, é a questão de saber se o “Salazarismo” (termo de sentido essencialmente político-cultural, ideológico e mental) ou o “Estado Novo” (conceito que tem uma configuração mais de tipo político-institucional) podem e devem ser definidos como uma forma de “Fascismo”¹.

* Deve salientar-se aqui que este texto não é de todo original. Ele vem na sequência de outros estudos por nós realizados e que podem ser consultados, para melhor se entender as ideias nele expostas: “Salazarismo, Fascismo e Europa”, in *Vértice*, Janeiro-Fevereiro de 1993 (republicado in *O Estudo da História. Boletim da Associação de Professores de História*, nº. 12-13-14-15, II série, Lisboa, A.P.H., 1990-1993), e “Salazarismo, Alemanha e Europa. Discursos políticos e culturais”, in *Revista de História das Ideias*, nº. 16, “Do Estado Novo ao 25 de Abril”, Coimbra, 1994 (republicado in *Portugal und Deutschland auf dem Weg nach Europa/Portugal e a Alemanha a caminho da Europa*, obra coordenada por Marília Lopes dos Santos, Ulrich Knefelkamp e Peter Hanenberg, Centaurus-Verlagsgesellschaft, Pfaffenweiler, 1995). Nesta medida, muitas ideias aqui expostas e mesmo certos passos já se encontram nos artigos anteriormente publicados. Por outro lado, deve também dizer-se que este artigo constituiu um texto breve de uma comunicação apresentada no “Symposium on Portuguese Traditions”, organizado pelo *Department of Spanish and Portuguese* da *University of California-Los Angeles*, realizado em Abril de 1994. Ele será oportunamente ali publicado, na revista *Crossroads*.

¹ Sobre o tema cfr. a obra de António Costa Pinto, *O Salazarismo e o Fascismo europeu. Problemas de interpretação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Estampa, 1992.

Na verdade, uma das razões por que se pretende dar ao Salazarismo e ao Estado Novo uma dimensão própria, não confundível com o “Fascismo” ou alguma forma de Fascismo, é o facto de se constatar que a sua matriz cultural resulta essencialmente de uma concepção ético-política de “democracia cristã”, e não de uma matriz “socialista”, “sindicalista”, de “prática” e de “pragmatismo político”. Este facto foi constatado por várias tendências logo que o Salazarismo e o Estado Novo começaram a emergir e foi assumido pelo próprio Salazar.

Por sua vez, os intelectuais e os historiadores hesitam na caracterização do Salazarismo. Se, em 1935, o grande pensador espanhol Miguel Unamuno, depois de ter visitado Portugal, lhe chamava — numa terminologia feliz — “fascismo de cátedra”², em tempo próximo, quando se iniciou o estudo do Salazarismo e do Estado Novo em perspectivas historiográficas, politológicas e sociológicas, sentiu-se quase sempre a necessidade de o definir de maneira própria. Manuel de Lucena utilizou a expressão, que quase se tomou clássica, de “fascismo sem movimento fascista”³, ao passo que Manuel Braga da Cruz, indo mais longe, recusou o termo, designando o Salazarismo apenas como “autoritarismo conservador e integracionista”⁴.

2. É um facto que Salazar, desde o início do seu governo, afirmava afastar-se, no plano teórico, de práticas de Estado de

² *Ahora*, Madrid, 3.7.1935.

³ *A evolução do sistema corporativo português*, vol. I, “O Salazarismo”, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976, pp. 25 ss.

⁴ *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Presença, 1988, sobretudo pp. 251 ss.

tipo totalitário⁵ manifestando, sem dúvida, embora de forma implícita, as suas reservas em relação ao Fascismo de Mussolini e sobretudo ao Nazismo, mas também querendo por certo visar o movimento nacional-sindicalista português, que poderia transformar-se (como, de resto, sucedeu) em oposição de “direita” ao Estado Novo. Isto, porém, não significava que não pudesse sentir algumas simpatias e compreensões pelos movimentos italiano e alemão. Mas, se em relação à Itália e a Mussolini — por quem nutre uma expressa simpatia e a quem chama “gênio político”⁶ — revela um inegável interesse, ainda que partindo sempre da ideia, que o próprio *Duce* apresentou, que o “fascismo é um produto típico italiano”, impossível de transplantar⁷, relativamente à Alemanha somente procura compreender, em termos de xadrez político internacional, o seu regime, e mesmo a defesa do seu prestígio e até a sua ânsia expansionista, provocada pelo “injusto” tratado de Versalhes, sem nunca ter dirigido em relação ao *Führer* — ao contrário, todavia, do que fizeram muitos salazaristas convictos — qualquer elogio especial.

Assim, num famoso discurso proferido na Emissora Nacional em 27 de Outubro de 1938, poucos dias depois da conferência de

⁵ .. É preciso afastar de nós o impulso tendente à formação do que poderia chamar-se o Estado totalitário”, dizia Salazar num discurso de 26 de Maio de 1934 (“O Estado Novo português na evolução política europeia”, discurso proferido na sessão inaugural do 1.º Congresso da União Nacional, in *Discursos*, I, p. 336).

⁶ “Preocupação da paz e preocupação da vida”, discurso proferido na Emissora Nacional, no encerramento da campanha eleitoral para a nova Assembleia Nacional, em 27 de Outubro de 1938, *Discursos*, III, p. 105.

⁷ Na famosa entrevista a António Ferro, Salazar afirmava, citando Mussolini: “O seu caso [o da Itália de Mussolini] é, portanto, um caso admirável, único, mas um caso nacional. Ele próprio o disse: ‘O fascismo é um produto típico italiano como o bolchevismo é um produto russo. Nem um nem outro podem transplantar-se e viver fora da sua natural origem’” (*Salazar O homem e a sua obra*, s.L., 1933).

Munique (29-30 de Setembro), que ditou a anexação dos Sudetas pela Alemanha, dizia Salazar, depois de se referir a Versalhes como “a fonte do mal-estar europeu”, que dali tinha saído “senão uma nova Europa, ao menos as perspectivas de uma Europa muito diferente”⁸.

Perante os graves problemas do Continente, prestes a esfacelar-se na guerra, Salazar esperava, pois, as consequências benéficas do novo equilíbrio de forças que aparentava surgir e, se manifestava alguma desconfiança sobre as tendências do totalitarismo alemão, afirmava também a sua discordância de princípio contra as democracias políticas e, sobretudo, acentuava o seu desacordo em relação à sua oposição à Alemanha e à permeabilidade delas ao comunismo. E era este um dos pontos por que, ao invés, o Salazarismo nutria simpatia pela Itália e pelo *Reich*, que procuravam criar um cordão sanitário contra o bolchevismo, que, nessa altura, o Estado Novo português imaginava às suas portas na vizinha Espanha e cuja destruição constituía para ele uma verdadeira obsessão. Mesmo depois da guerra civil de Espanha e já no teatro da Segunda Grande Guerra, Salazar dizia, em plena Assembleia Nacional: “[...] nós que nos afirmamos por um lado anti-comunistas e por outro anti-democratas e anti-liberais, autoritários e intervencionistas[. . .]”⁹. E afirmações deste tipo continuarão a ser expressas ao longo do seu consulado, sobretudo em momentos de “revivescência” do sistema e das suas formas repressivas.

Havia, pois, apesar da diferença de estruturas políticas, uma

⁸ *Discurso* in *ob. e vol. cit.*, p. 110.

⁹ Discurso proferido na Assembleia Nacional, em 25 de Maio de 1940, durante a sessão em que a câmara aprovou a Concordata e o Acordo Missionário, assinados no Vaticano em 7 de Maio anterior, in *Discursos*, III, p. 236.

maior coincidência de princípios e de práticas entre o Salazarismo, por um lado, e o Fascismo e o Nazismo, por outro, do que entre aquele e as “grandes democracias” da Europa. O corporativismo, o nacionalismo e o autoritarismo carismático constituíam as doutrinas comuns entre os primeiros três sistemas. E eram também comuns aos três regimes a sua oposição sistemática ao comunismo, ao liberalismo e à democracia política. O comunismo era considerado um novo perigo, para a Europa e para o mundo, e o liberalismo e a democracia eram julgados como sistemas velhos, em vias de desaparecimento, e também perigosos pela sua permeabilidade ao bolchevismo.

Portanto, dir-se-á que, no contexto bélico, a política de neutralidade que Salazar assumiu assentava em aspectos de natureza estratégica, mas também em princípios que defendeu e que o levaram sempre a recusar-se a aceitar que alguma vez a União Soviética pudesse vir em defesa do Ocidente e da Europa¹⁰ 11, “Europa” esta que é, para ele, mais um património cultural do que uma entidade geográfica e política. Se depois da guerra veio oficialmente justificar uma “neutralidade colaborante”¹¹, colaborante com os aliados, o que foi efectivamente um facto desde a cedência da base dos Açores¹², o certo é que não podemos dizer

¹⁰ “Europa em Guerra. Repercussão nos problemas nacionais”, discurso proferido na Assembleia Nacional, em 9 de Outubro de 1939, durante a sessão em que a Câmara se congratulou pela viagem do Chefe do Estado à África portuguesa, *Discursos*, III, p. 185.

¹¹ Cfr. Luiz Teixeira, *Portugal e a Guerra. Neutralidade Colaborante*, Lisboa, 1945, e *Dez anos de Política Externa*, que contém muitos documentos político-diplomáticos escritos no contexto da Guerra e que foi publicada para comprovar esta posição política. Aliás, o seu título completo é sintomático: *Dez anos de Política Externa. 1936-1947. A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*.

¹² Embora se trate de um texto de carácter jornalístico, tem interesse a leitura do livro de José Freire Antunes, *Roosevelt, Churchill e Salazar. A luta pelos Açores. 1941-1945*, Alfragide, Ediclube, 1995.

que essa “neutralidade colaborante”, ditada em grande parte pela Aliança Inglesa e pelo pendor que começava a ter a guerra depois de 1942, tinha atrás de si uma adesão profunda aos princípios de natureza política dos aliados. O aliciamento de Salazar pela Inglaterra, que culmina com o seu doutoramento *honoris causa* por Oxford, concedido em Coimbra em 1941, é um facto que se toma evidente através da leitura da documentação existente no *Public Record Office*, de Kew¹³. Por outro lado, deve destacar-se que não se tratará por certo de uma coincidência o facto de só em Agosto de 1943 se ter assinado o Acordo Luso-Britânico que concedeu as facilidades militares à Grã-Bretanha nos Açores, após a queda de Mussolini poucos dias antes.

A prova de tudo isso é, aliás, o pensamento que afirmou logo em 1945, após a guerra, altura em que, ao invés de defender ideais de abertura política em direcção ao sistema democrático, falava sim, receoso, do “vento da democracia” e da “gravidade das contradições e dos equívocos em que a Europa se debate”, afirmando mesmo, na sua obsessão anticomunista e antidemocrática: “Para mim creio que o pensamento político europeu, no sentido de revisão objectiva, à luz da razão e da experiência, dos princípios que devem reger a organização e o governo das nações, acusa um nítido recuo, isto é, um retrocesso”¹⁴.

Desta forma, Salazar, que procurava justificar o Estado Novo corporativo como a verdadeira “democracia social”¹⁵, matava à

¹³A documentação ali existente, a que tivemos acesso numa curta visita de trabalho, é de grande interesse para percebermos a ideia que o **Foreign Office** ia tendo das simpatias que o círculo de Salazar manifestava relativamente aos “aliados” e às potências do Eixo.

¹⁴“Votar é um grande dever”, discurso proferido numa das salas da biblioteca da Assembleia Nacional em 7 de Outubro de 1945, **Discursos**, IV, p. 175.

¹⁵“Portugal, a guerra e a paz”, discurso proferido em sessão da Assembleia Nacional

nascença as possibilidades ainda esperadas de formação de uma democracia política que, se alguma vez apareceu no seu espírito, ao falar de “eleições livres”, seria pensada em termos de um bipartidismo dentro do “sistema”, um pouco à maneira do bipartidismo britânico ou americano.

E é, na verdade, para a América que se volta, abrindo, assim, geograficamente a ideia de Europa, entendida — conforme dizíamos — como vago património cultural, feito de valores éticos e políticos conservadores, mas também de conceitos de estratégia anticomunista e de defesa de princípios coloniais, vistos como elementos de “civilização cristã” espalhados entre os “povos selvagens”¹⁶. “O centro de gravidade da política europeia [...] — dizia num discurso proferido em 1946 — , senão da política mundial, deslocou-se mais ainda para oeste e situou no primeiro plano o Atlântico, com os estados que o rodeiam. Em reconhecê-lo não deixamos de ser europeus; o que damos é mais largo sentido ao Ocidente”¹⁷.

Neste contexto ideológico e estratégico, Portugal—que mere-

de 18 de Maio de 1945, *Discursos*, IV, nomeadamente pp. 119-120. Ali se pode ler esta curiosa afirmação: “Eu não quero forçar conclusões, mas, se a democracia pode ter, para além do seu significado político, significado e alcance social, então os verdadeiros democratistas somos nós”.

¹⁶ Esta ideia colonialista, que era também a de outros países, foi praticamente sempre afirmada por Salazar, mesmo quando o regime iniciou uma operação cosmética que o levou a apelidar as “colónias” de “províncias ultramarinas”. Ainda em 1957 afirmava: “Nós cremos que há raças, decadentes ou atrasadas, como se queira, em relação às quais perfilhámos o dever de chamá-las à civilização[...]” (“A atmosfera mundial e os problemas nacionais”, discurso proferido em 1 de Novembro de 1957, ao microfone da Emissora Nacional, *Discursos*, V, p. 427).

¹⁷ “Ideias falsas e palavras vãs (Reflexões sobre o último acto eleitoral)”, discurso proferido na reunião das comissões dirigentes da União Nacional, realizada em 23 de Fevereiro de 1946, numa sala da biblioteca da Assembleia Nacional, *Discursos*, IV, pp. 211-212.

ceu os elogios do presidente Truman em 1946¹⁸ — insere-se na OECE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico), organizada na sequência do Plano Marshall¹⁹, entra na NATO, logo imediatamente a seguir à sua fundação (1949), conseguiu entrar para a ONU em 1955 e alcançou mesmo o apoio, embora sempre cauteloso, dos Estados Unidos e da velha aliada Inglaterra na luta colonial que se iniciou nos anos 50 na Índia, mas que se travou sobretudo nos anos 60 e 70, na Índia de forma fulminante e em África de forma lenta e dramática. Porém, os anos 60 são já anos de isolamento, que culminam com a confissão da solidão portuguesa no contexto mundial. Num famoso discurso de Salazar, proferido em 1965, podiam ouvir-se frases que ficaram no imaginário trágico de todos os portugueses que viveram na época salazarista: “Hitler prometia com a sua vitória a paz para mil anos; perdida a guerra, veio prometê-la a ONU, tanto no seu ideário como no jogo das suas engrenagens, para prazo indefinido. Pois está sendo difícil encontrar lugar na terra onde não alastrem guerras e conflitos de toda a ordem. Ou não soubemos estabelecer e garantir a paz ou estamos equivocados quando a pensamos para sempre possível entre os homens e as Nações”. Era a justificação para as dificuldades que Portugal sentia cada vez mais na estratégia internacional. E, Salazar, qual cavaleiro andante, ou “cavaleiro de triste figura”, confessava-se como combatente de uma luta solitária pela civilização: “Eis o ganho positivo desta batalha em que — os portugueses europeus e africanos — combatemos sem

¹⁸ Cfr. *Projecção de Salazar no Estrangeiro*, Porto, U.N., 1946, p. 89, palavras de Truman ao embaixador Pedro Theotónio Pereira, 1946.

¹⁹ Ver, sobre o tema, Fernanda Rollo, *Portugal e o Plano Marshall. Da rejeição à solicitação de ajuda financeira norte-americana*, Lisboa, Estampa, 1994.

espectáculo e sem alianças, orgulhosamente sós”²⁰

Os Estados Unidos — entendidos por Salazar, durante algum tempo (*contra natura*, diga-se), como os salvadores dos valores do velho continente — deixavam de apoiar a situação portuguesa e a ONU tomava posições que nos eram cada vez mais desfavoráveis. Entretanto, construía-se, sobretudo a partir de 1957, com o tratado de Roma, a CEE, a “outra Europa”, que, na verdade, nada tinha a ver com a Europa pensada por Salazar e que se poderia vir a transformar numa espécie de Estados Unidos da Europa, “utopia” ou “ilusão”²¹ que desde 1936 Salazar repudiava. No processo europeu interessava-o, porém, a reconstituição da Alemanha, de novo entendida como o tampão contra a invasão soviética. Numa entrevista a *Le Figaro*, de 1958, afirmava por isso, depois de classificar Adenauer como “um homem extraordinário”: “A Alemanha unificada seria uma barreira quase intransponível. Se a Alemanha não existisse era necessário inventá-la. O germano é tradicionalmente o escudo da Europa perante a pressão eslava”²².

A lógica do sistema salazarista mantém-se numa coerência implacável. A Rússia era—para ele, como para todos os ideólogos do seu pensamento, parafraseando Gonzague de Reynold, que tanta influência teve entre os tradicionalistas portugueses²³ — uma

²⁰ “Erros e fracassos da era política”, discurso proferido na posse da Comissão Executiva da União Nacional, em 18 de Fevereiro de 1965, *Discursos*, VI, pp. 258 e 268.

²¹ “Independência da política nacional”, discurso proferido numa das salas de São Bento, em reunião particular de deputados, em 21 de Fevereiro de 1936, *Discursos*, II, p. 117

²² “Panorama da política mundial”, entrevista ao jornalista francês Serge Groussard, publicada no jornal *Le Figaro*, de 2 e 3 de Setembro de 1958, *Discursos*, VI, p. 6.

²³ Teve particular impacto em Portugal a obra do suíço Gonzague de Reynold, pensador tradicionalista e católico, que escreveu vários textos sobre a Europa e que participou em congressos realizados em Itália sobre o tema. Correu aqui e suscitou

espécie de “anti-Europa”. Por isso a Alemanha era importante, quer a Alemanha unificada por que lutaram desde o pós-guerra as forças democráticas até à queda do muro de Berlim, que Salazar já não viu, quer a Alemanha nazi de Adolf Hitler, que os aliados procuraram e conseguiram destruir, o que Salazar terá visto com certa angústia, não pela simpatia, que com certeza não teve, por Hitler, mas pelo papel histórico que lhe atribuía na “defesa do Ocidente”.

3. Mas detenhamo-nos um pouco mais na posição de Salazar perante a Europa e perante a América. É, como dissemos, em face de uma Europa em crise, depois da guerra, que apela para a “salvação europeia” por intervenção da América. E essa situação — que não era entendida como uma mera crise económica, mas uma crise de valores políticos, dado que reapareciam as “velhas” fórmulas democráticas que permitiam a penetração do comunismo no Ocidente — que o leva, em 1949, a aceitar a sua integração no Pacto do Atlântico, convencido de que ele, e a poderosa presença americana, essa sim anticomunista, poderia resolver o problema da Europa ou do Ocidente. Então tem da Europa a visão triunfal e dramática que sempre manifestara. Este texto de 49, integrado num discurso justificativo da presença de Portugal na NATO, é bem elucidativo:

“Não é, porém, preconceito racial a verificação de um facto histórico

vários comentários e citações o livro de 1935 *L'Europe tragique*. Mas também a obra *Qu'est-ce que l'Europe*, publicada em Friburgo em 1941, teve o seu impacto, a ponto de se escrever sobre ela um comentário na revista *Biblos*, da Faculdade de Letras de Coimbra, da autoria de Serras e Silva (“O que é a Europa”, *Biblos*, vol. XVII, tomo II, 1941, pp. 515-543).

— qual a marcada superioridade do europeu, na tarefa civilizadora, entre todos os povos da Terra. Desta Europa gerada na dor das invasões, sacrificada em guerras intestinas, curtida no trabalho insano, revolvida a cada passo por avalanches de ideias e revoluções que se assemelham a furiosos temporais, descobridora, viajadora, missionária, mãe das nações, desta Europa simultaneamente trágica e gloriosa ainda hoje se pode asseverar que mantém o primado da ciência e das artes, utiliza no mais alto grau os segredos da técnica, conserva o instinto de afinar as instituições e de sublimar a cultura e é detentora de incomparável experiência política. Não esqueçamos o que se deve a outros em criação artística, esplendor literário, subtileza de filosofias aqui e além criadas e desenvolvidas; mas só da Europa se pode afirmar que criou, sob inspiração cristã, valores universais, generosamente, gratuitamente, postos ao dispor do Mundo, na sua ânsia de transplantar civilização. Cada um de nós deveria sentir o orgulho de se afirmar europeu.

Seria no entanto desrazoável fechar os olhos à crise da Europa no presente momento; devastada, empobrecida, dividida, moralmente desfeita, corroída pelo desânimo, a braços com uma perigosa desorientação mental e o claro declinar das virtudes em que se formou, muitos perguntam se não são estes sintomas da decadência e se esta não será definitiva: *finis Europae*²⁴.

E, como conclusão lógica:

“A Europa não pode sem o auxílio americano salvar nesta hora o que resta do seu património moral e da sua liberdade; a América sai contrariada do isolamento, filho da suficiência, para, protegendo-se a si própria, socorrer e apoiar a Europa Ocidental, guarda avançada da sua segurança. Ninguém

²⁴ “Portugal no Pacto do Atlântico”, discurso proferido na sala de sessões da Assembleia Nacional, em 25 de Julho de 1949, *Discursos*, IV, pp. 419-420.

pode querer nem a morte do velho continente europeu nem a sua abdicação. O problema que está posto é se ele dispõe, com a África, de reservas materiais e morais que lhe permitam recobrar forças para prosseguir o seu papel histórico”²⁵.

4. Dissemos que Salazar, ao apresentar os Estados Unidos da América como o “salvador do Ocidente”, o fez um pouco *contra natura*. Esta afirmação — embora as palavras do Presidente do Conselho, nas suas reticências, já em parte sejam reveladoras — merece uma explicação para se entender o que consideramos verdadeiramente o sentido do Salazarismo em relação à América.

As posições de Salazar nunca são demasiado claras. Ele pesava as palavras e... os silêncios. As suas afirmações contra a democracia, contra o liberalismo e contra o capitalismo não deixam dúvidas, é certo, quanto ao seu pensamento relativamente à democracia política. Inclusive a democracia americana — que deveria aceitar, na sua consciência de relativismo político (embora tendo presente a esperança no processo evolutivo do mundo para a “terceira via”), como uma realidade que se adequaria à geografia e à história da América — não serviria de exemplo para Portugal. Mas já não aparece nunca expresso no seu pensamento qualquer crítica ao próprio sistema americano. Quando muito, surge sim, e de forma crescente, a noção de um mal estar relativamente ao que Salazar entendia como “falta de coerência” dos Estados Unidos no que concerne à política africana de Portugal, tendo em conta que considerava a África uma espécie de prolongamento da Europa e do Ocidente.

²⁵ *Idem*, pp. 420-421.

Já num discurso pronunciado em 1959 afirmava:

“É pena que, tendo a Rússia e diversos estados asiáticos uma política de África, os Estados Unidos não se tenham encontrado em condições de definir a sua, tão claramente como eles, porque não é uma política seguir os acontecimentos mas evitá-los e dirigi-los. Essa definição, no caso de não se opor à Europa Ocidental de que a América é aliada, seria só por si factor decisivo de aquietação no Continente africano. E, sendo possível que nestes termos os Estados Unidos tivessem de desagradar a muitos, acrescentarei que para os povos como para os indivíduos há momentos na vida em que é preciso escolher”.²⁶

No entanto, a posição crítica de Salazar e dos salazaristas em relação à América era por certo mais do que uma atitude respeitante à política extema. Como dissemos, a defesa do corporativismo não poderia levar a aceitar a livre concorrência capitalista, no plano económico, nem o partidismo — ainda que limitado fundamentalmente ao bipartidismo—no plano político. Por outro lado, o Portugal salazarista poderia respeitar, e até teria de o fazer, a América, na medida em que para ali emigraram muitos portugueses e teria de a aceitar na medida em que estava dependente dela em termos de importação de muitos produtos que ali se fabricavam, dado que os Estados Unidos se tomavam uma potência de ponta, inclusivamente relativamente à indústria cinematográfica, que, apesar de algumas prevenções, em especial por parte da ideologia católica (matriz do regime salazarista), o Estado Novo ia cada vez mais integrando e até ele próprio dinamizando, no contexto

²⁶ “A posição portuguesa em face da Europa, da América e da África”, in *Discursos*, VI, p. 67.

de um processo de institucionalização de propaganda e de “cultura popular”. Mas também haveria muito de “heterodoxo” na cultura e na civilização americana para um estadista de um pequeno “país rural”, que criara um Império, mas que se via sempre confrontado com outros grandes imperialismos de que dependia ou que lhe faziam frente, ao menos indirectamente. Isso é evidente quando nos confrontamos com as opiniões de alguns homens do regime ou que a ele se acabaram de ligar.

Com efeito, se alguns salazaristas ou futuros salazaristas mais ligados às correntes modernistas não deixavam de admirar a América, embora também a criticando em questões pontuais, o certo é que os mais apegados às correntes tradicionalistas tomam em relação a ela posições mais estruturalmente críticas.

Por exemplo, António Ferro nunca deixou de elogiar o espírito empreendedor americano e de buscar nele a manifestação de alguns cidadãos ilustres de origem portuguesa. Ele, que escandalizara a classe média portuguesa com a peça de teatro *Mar Alto* (1923), ele que escrevera poesia insurgindo-se contra o academismo, ele que dialogara com Gabriel d’Anunzio, ele que entrevistara os ditadores, ele que foi sensível ao *jazz-band*, que contactara com o mundo do cinema de Hollywood, também olhava extasiado para os arranha-céus do “Novo Mundo”. Falava do “sonho da América”, admirava as universidades americanas, procurava febrilmente os portugueses dos Estados Unidos ou os luso-americanos em quem detectava as potencialidades dos emigrantes de África, para onde era possível fazer sair os portugueses empreendedores. Mas também olhava com desdém tradicional para o carácter desinibido da mulher americana e criticava o mundo da máquina e da propaganda comercial que maculava a paisagem. Apenas um exemplo de uma apreciação curiosa numa viagem através da Califórnia:

“Onde está o campo? Onde está a natureza? É difícil descobri-la na América, nos Estados Unidos... Não quero afirmar que ela não existe. Red Wood, Yosemite, os tabuleiros abarrotados de frutas do Vale de S. Joaquim... Mas esta paisagem que não se procura, que se encontra no caminho, está viciada pela publicidade, pelos cartazes das marcas dos cigarros, dos ‘pneus’ de automóveis, dos Palaces mais próximos. Quando supomos que nos encontramos, finalmente, em pleno campo, longe dos homens, longe das cidades, longe das lutas, longe das ambições, esbarramos de repente com uma árvore que nos oferece um cartão de visita, o retrato do candidato a *sheriff* ou a *mayor*. A propaganda eleitoral é feita assim, no corpo grave dos eucaliptos, sobre o muro das propriedades rurais, nas estações de gasolina, nos *stands* das encostas... Tem-se a impressão de que as árvores, na América democrática, também votam... A paisagem americana não pode respirar, não pode ser a natureza... Tudo é publicidade.”²⁷

Mesmo um homem do cinema, como era António Lopes Ribeiro, ao realizar um dos dois “filmes de regime”²⁸ que saíram da sua direcção, *O feitiço do Império* (1940), não deixou de pôr em confronto a americana *Fay Gordon* (Madalena Soto), mulher frívola e duas vezes divorciada, com a simples, pura e portuguesa *Mariazinha* (Isabel Tovar), que o luso-americano *Luís Morais* (Luís Campos) encontrou no interior de África portuguesa, numa viagem de regresso ao seu verdadeiro sentimento nacional, e para quem acabam por se virar as preferências do seu coração,

²⁷ **Novo Mundo, Mundo Novo**, Lisboa, Portugal-Brasil, Sociedade editora, s. d., pp. 187-188.

²⁸ Sobre este tema, ver a última edição do nosso artigo, publicado em várias versões, “Cinema e Propaganda no Estado Novo. A ‘conversão dos descrentes’”, in **Revista de História das Ideias**, n-º 18, Coimbra, 1996.

deixando assim a noiva americana, que o obrigava a abandonar a nacionalidade portuguesa. E esse mundo que o português criou é também comparado ao novo mundo americano com vantagem naturalmente para o primeiro. *Luís*, dirigindo-se a *Fay*, diz:

“Nem tu imaginas, Fay, o mundo novo que descobri em África! O que mais me deslumbrava no teu país era, exactamente, aquela força expansiva de meia dúzia de homens que, pela sua coragem, pela sua perseverança, haviam construído sozinhos uma grande nação. É verdade que lhes faltava em escrúpulos o que lhes sobejava em recursos. Mas que importava isso? Calcula o que foi para mim verificar que o povo a que pertenceo erguera *escrupulosamente* um grande Império, desafiando todas as cobiças, e que, para sua maior glória, o construíra e conservara sem *qualquer espécie de recursos*“.²⁹

Mas se homens destes, ligados ao modernismo ou ao mundo da imagem, poderiam apresentar estas opiniões, o que pensaria um tradicionalista monárquico e católico tomista, que se tomou um dos ideólogos e historiador do regime, como foi João Ameal? Surpreendamos o seu pensamento, depois de terminada a guerra, para ser mais elucidativo o exemplo. Na obra, publicada em 1945, *A Europa e os seus fantasmas*, é com estas palavras severas que caracteriza a civilização americana:

“A máquina! ídolo-déspota da América trepidante! Fonte de riqueza e de miséria! Escrava e tirana do homem! Simplificadora da vida — mas como se simplifica um deserto: pela uniformização de tudo! Ritmo dra-

²⁹ Guião de “O feitiço do Império”, cena 95, in **António Lopes Ribeiro**, Lisboa, Cinemateca Portuguesa, p. 338.

mático, insistente, monótono dum país que tem o coração a bater nas pulsações gigantes das fábricas. Glorificação da energia mecânica e paralisação gradual da energia humana. Troféu da ciência e derrota da alma! Síntese duma época intensa, febril, insaciável — e neurasténica. Monstro de aço, gerador de *Robots!* “³⁰

Todavia, apesar desta menoridade humanística que João Ameal atribuía à máquina e, assim, à América que a simbolizava, não pretende propriamente atacar sistematicamente o “americanismo”. Como Keyserling, defendia que “o *americanismo* não é exportável” e que na própria América se desenhava um reacção contra a sua forma de vida. Mas, acima de tudo, o que defendia, em conclusão, é que a Europa não poderia seguir a civilização americana. O “império da máquina” constituía um dos “fantasmas da Europa”, como o comunismo e o liberalismo o eram também. A Europa estava em crise? Sem dúvida. Todavia, não seriam os Estados Unidos que a salvariam. “Numa fórmula breve:—conclui Ameal —a Europa (se se quiser identificar Europa e Civilização Ocidental como identifiquei América e Estados Unidos) não poderá esperar a sua salvação da Ásia ou da América — nem simplesmente da sua defesa em frente de uma e de outra. A Europa terá que salvar-le a si mesma”³¹.

Jamais Ameal pensaria que Salazar—para quem ele escreveu, entre outros textos, o *Decálogo do Estado Novo* e uma *História de Portugal* vista do observatório salazarista, e que dirigiu a “obra monumental” *Anais da Revolução Nacional*, que é uma história justificativa do próprio regime — viria, embora referindo-se so-

³⁰ **Ob. cit.**, Porto, Livraria Tavares Martins, 1945, pp. 135 ss.

³¹ **Idem**, p. 130.

mente à política extema dos Estados Unidos, a escrever e a dizer exactamente o contrário. *Contra natura ...*, como dizíamos.

Claro que também colaboradores práticos do Estado Novo, mas que não foram seus ideólogos — como é o caso do arquitecto Jorge Segurado³² — manifestariam opiniões francamente favoráveis dos Estados Unidos e da cultura americana, mas não parece ser essa a posição íntima dos teóricos e dos políticos mais puros do regime. Ao invés, parece ser a oposição liberal ao Salazarismo quem reivindicará a experiência americana.

Rocha Martins — um monárquico liberal, sensível ao “progresso”, que se tomará mais tarde um famoso articulista contra o Estado Novo —, no início dos anos 30, tendo fresco na memória o colapso da bolsa de Nova Iorque, não acreditava ainda nas potencialidades políticas e económicas americanas³³. Porém, em breve os liberais portugueses louvarão as virtudes da democracia dos Estados Unidos e o seu avanço científico e tecnológico, que as grandes universidades lideravam. Por exemplo, Aurélio Quintanilha, botânico de nomeada e um dos professores demitidos pelo governo de Salazar, há-de elogiar o “idealismo prático” da América, que visitou em “viagem de estudo” em 1958³⁴, e Humberto Delgado passará a ser o grande emblema da oposição, depois de ter sido fervoroso salazarista, quando em 1956 regressava dos Esta-

³² Cfr. *Sinfonia do degrau. Impressões da América*, Lisboa, 1940, nomeadamente “Carta de um Europeu”, pp. 65 ss.

³³ Cfr. “Portugal, a Europa e o Mundo”, in *Arquivo Nacional*, 1933, n-. 65.

³⁴ Cfr. *Viagem de estudo aos Estados Unidos e ao Canadá*; Lisboa, Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, 1959. Ver sobretudo as opiniões — após reflexões científicas, nomeadamente sobre o algodão — manifestadas sobre as universidades americanas que visitou e sobre o que considera o “idealismo prático” americano, em confronto com o espírito europeu, no título “As duas Américas” (pp. 88 ss. e em especial pp. 108 ss.).

dos Unidos, onde fora representante de Portugal na NATO e adido militar.³⁵

Aliás, depois de cautelosamente apoiar o Estado Novo, os Estados Unidos com o governo de Kennedy, vão-se afastando do Portugal autoritário e defensor intransigente das colónias³⁶. E será essa uma das razões por que o Estado Novo, transformado por uma operação de cosmética por Marcello Caetano, cairá em 1974, devido a uma acção militar, onde se mesclarão posições marxistas e modelos democráticos, que irão lembrar a herança liberal de Humberto Delgado e a sua “experiência americana”. Por isso os Estados Unidos não poderiam deixar de ter um papel singular no próprio processo que se seguiu à Revolução de Abril. Por mais força que aparentasse ter a corrente comunista de influência soviética... O encontro histórico entre Nixon e o General Spínola, o primeiro presidente do pós-25 de Abril, é, com efeito, bem significativo da tentativa, só episodicamente falhada, de afastar a Revolução dos sonhos socialistas que a marcaram no seu início.

5. O Salazarismo constituiu uma forma de “fascismo”? Se utilizarmos o conceito na sua expressão técnica abrangente, cremos bem que sim. Por isso não hesitamos em empregar o termo, embora entre comas para evidenciar a sua especificidade. Tal como é específico o nosso feudalismo, ou o nosso iluminismo, ou o nosso liberalismo...

Salazar pensou sem dúvida que, depois da guerra, através de uma “revolução necessária” (para usar uma expressão de João

³⁵ Cfr. *Memórias de Humberto Delgado*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991, pp. 79 ss.

³⁶ Vide José Freire Antunes, *Kennedy e Salazar. O leão e a raposa*, Lisboa, Difusão Cultural, 1991.

Ameal), os Estados, perante a falência do modelo liberal e democrático e perante a evidência do “totalitarismo” comunista, se transformariam em Estados autoritários e corporativos, diferentes entre si, mas com pontos comuns. A desilusão veio após a guerra, e já no decorrer dela, perante o totalitarismo nazi, de que foi tendo consciência crítica, e a vitória dos aliados, que acabou por apoiar. Mas, apesar de ter de jogar noutra xadrez estratégico e em operações de cosmética, jamais o Estado Novo abandonou as suas linhas essenciais. Por isso, podemos dizer que é um dos últimos — senão o último — dos Estados fascistas, que cai perante os cravos da “Revolução de Abril”.